


**Entidade Adjudicante:** Direção-Geral da Autoridade Marítima

**Número Processo Despesa:** 3021018599

**Procedimento:** Ajuste Direto

**Objeto do Contrato:** Fornecimento de Material de Escritório (DAGM e UA´s)

# CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

## ÍNDICE

**PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS ..... 2**
**CAPÍTULO I - Disposições Gerais ..... 2**
Artigo 1.º | Objeto ..... 2
Artigo 2.º | Contrato ..... 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato ..... 2
Artigo 4.º | Local de entrega dos bens ..... 3
**CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais ..... 3**
**SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário ..... 3**
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário ..... 3
Artigo 6.º | Conformidade dos bens ..... 3
Artigo 7.º | Inspeção dos bens ..... 4
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias ..... 4
Artigo 9.º | Receção dos bens ..... 5
Artigo 10.º | Aceitação dos bens ..... 5
Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos ..... 6
Artigo 12.º | Fatura Eletrónica ..... 6
Artigo 13.º | Garantia dos bens ..... 6
Artigo 14.º | Dever de sigilo ..... 6
**SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante ..... 6**
Artigo 15.º | Preço Base ..... 6
Artigo 16.º | Preço Contratual ..... 7
Artigo 17.º | Condições de pagamento ..... 7
Artigo 18.º | Mora no pagamento ..... 8
**CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução ..... 8**
Artigo 19.º | Penalidades contratuais ..... 8
Artigo 20.º | Força maior ..... 9
Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público ..... 10
Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário ..... 10
Artigo 23.º | Execução da caução ..... 10
**CAPÍTULO IV – Disposições Finais ..... 11**
Artigo 24.º | Comunicações e notificações ..... 11
Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação ..... 11
Artigo 26.º | Fiscalização ..... 11
Artigo 27.º | Gestor do Contrato ..... 12
Artigo 28.º | Acesso às instalações ..... 12
Artigo 29.º | Proteção de dados ..... 12
Artigo 30.º | Foro competente ..... 13

**PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS ..... 13**
Artigo 31.º | Requisitos Técnicos ..... 13

**ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO ..... 14**

# PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

## CAPÍTULO I - Disposições Gerais

### Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição de Material de Escritório (DGAM e UA´s), discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Direção-Geral da Autoridade Marítima, doravante designado por contraente público.

### Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.
4. Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

### Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A entrega dos bens será efetuada na DGAM, no prazo constante da proposta adjudicada, não podendo no entanto, exceder o prazo máximo de **20 (vinte) dias** a contar da data mencionada no ponto 1. e o dia **05 de dezembro de 2021**.

### Artigo 4.º | Local de entrega dos bens

1. Os bens serão entregues na Escola da Autoridade Marítima na BNL em Almada.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
   - Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
   - Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

## CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

## SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

### Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;

b. Obrigação de garantia dos bens;

c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;

d. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

### Artigo 6.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o

desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.

3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

## Artigo 7.º | Inspeção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das caraterísticas, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

## Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.

3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.

## Artigo 9.º | Receção dos bens

1. Os bens devem ser acompanhados de guia de remessa, em triplicado, e respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
    a. Número do Processo de Despesa (NPD);
    b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
    c. Número do Compromisso;
    d. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN), caso aplicável;
    e. Morada;
    f. IBAN e código SWIFT;
    g. Endereço de Email;
    h. NIPC ou VAT NUMBER.
    i. Cada artigo deverá conter a indicação do respetivo Número Nacional de Abastecimento (NNA).
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA, emitidas à Direção-Geral da Autoridade Marítima, Praça do Município – Edifício da Marinha, 1149 – 001 Lisboa, NIF 600012662.

## Artigo 10.º | Aceitação dos bens

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

### Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

### Artigo 12.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

### Artigo 13.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

### Artigo 14.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da DGAM, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

### Artigo 15.º | Preço Base

O preço não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de **19.400,00 € (dezanove mil e quatrocentos euros)** (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.

## Artigo 16.º | Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços.

## Artigo 17.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.
7. Quando o valor do contrato for superior a 950.000 (novecentos e cinquenta mil) euros, o contrato não produzirá quaisquer efeitos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do

documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.

### Artigo 18.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 2 do artigo anterior, quando aplicável.

## CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução

### Artigo 19.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
    a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
    b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;
    c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

## Artigo 20.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
    e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
    g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

## Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.

2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

## Artigo 23.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

## CAPÍTULO IV – Disposições Finais

### Artigo 24.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

### Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
    a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
    b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
    c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

### Artigo 26.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

### Artigo 27.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

### Artigo 28.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

### Artigo 29.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
    a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
    b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
    c. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
    d. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
    e. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
    f. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

### Artigo 30.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

### Artigo 31.º | Requisitos Técnicos

O Anexos A faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

O Diretor de Administração Financeira e Logística,

Luis Manuel Parracho Trindade

Assinado de forma digital por Luis Manuel Parracho Trindade
Dados: 2021.10.08 15:45:57 +01'00'

Luís Manuel Parracho Trindade
CMG AN

## ANEXO A - Extensão do Fornecimento

| Código Art. Staples | Descrição Artigos | Unid. Med. Quant. | Quantidade |
|---|---|---|---|
| 97827 | C.ENC.PVC STAPLES 150M A4 TR 100F | 1 | 5 |
| 143784 | BOLSA PLAS.ROMA 21A A4 C/VIS AZ | 1 | 100 |
| 145038 | BOLSA CATAL. ROMA 120MIC 193A | 1 | 5000 |
| 97587 | BOL.PLA.STAPLES A5 125M CX100 | 1 | 2 |
| 97569 | BOL.PLA.STAPLES A4 125M CX100 | 1 | 5 |
| 173250 | CARTOLINA A4 180GR BRANCO (1UN) | 1 | 75 |
| 173244 | CARTOLINA A4 180GR 5A-AZUL (1UN) | 1 | 50 |
| 173229 | CARTOLINA A4 180GR 4-AMAREL (1UN) | 1 | 10 |
| 173322 | CARTOLINA A4 180GR 3A-VERDE (1UN) | 1 | 10 |
| 173283 | CARTOLINA A4 180GR 6A-LARAN (1UN) | 1 | 10 |
| 98121 | ARG.PLASTICA STAPLES 6MM AZ CX25 | 25 | 200 |
| 498447 | ARG.PLAST.FELLOWES 10MM BR PK100 | 100 | 200 |
| 245730 | ARG.PLASTICA A4 14MM BR 100UN | 100 | 200 |
| 112527 | ARG.PLAST.FELLOWES 19MM BR CX100 | 100 | 200 |
| 112539 | ARG.PLAST.FELLOWES 25MM BR CX50 | 50 | 100 |
| 130155 | BAGUETE FELLOWES 6MM BR CX50 | 50 | 200 |
| 130173 | BAGUETE FELLOWES 12MM PR CX50 | 50 | 200 |
| 108516 | PASTA C/CX MIC.ARM. 310/80 | 1 | 200 |
| 108522 | PASTA C/CX MIC.ARM. 310/40 | 1 | 40 |
| 708851 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 6POS | 1 | 50 |
| 708864 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 8POS | 1 | 50 |
| 708877 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 10POS | 1 | 80 |
| 708890 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 12POS | 1 | 80 |
| 708903 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 24POS | 1 | 50 |
| 708955 | SEP.CARTOLINA STAPLES A4 NUM.1-31 | 1 | 50 |
| 440391 | SEP.PLAST.STAPLES A4 10P CZ | 1 | 200 |
| 481962 | AGRAF.C/AGRAFOS BAMBI 25 10F | 1 | 100 |
| 296412 | AGRAF. SIMPLY HALF STRIP PR 20F | 1 | 100 |
| 208713 | AGRAF.RAPID HD210 PR/CZ | 1 | 3 |
| 691769 | FITA TESA INDOOR 2FACE 19MMX1.5M | 1 | 10 |
| 255777 | DESENROLADOR STAPLES 19MM PR | 1 | 25 |
| 115785 | FITA TR.STAPLES 19MMX33M PK8 | 8 | 500 |
| 299739 | FITA STAPLES SIL 66MX50MM CT PK6 | 6 | 500 |
| 299745 | FITA STAPLES SIL 66MX50MM TR PK6 | 6 | 500 |
| 232185 | APAGADOR MAGNETICO STAPLES QB | 1 | 10 |
| 291822 | INDEX POST-IT 25.4*43.2MM VERM. | 1 | 100 |
| 96861 | INDEX POST-IT 25.4X43.1 AM/VD | 1 | 100 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 128049 | INDEX POST-IT AZ | 1 | 100 |
| 127971 | DISP.INDEX POST-IT 25.4X43.1 AM | 1 | 100 |
| 291945 | INDEX POST-IT SETA 4*24MM BL4 COR | 1 | 100 |
| 756379 | BLOCO STAPLES AM.100F 51X38 SW12 | 12 | 1020 |
| 391653 | BLOCO STAPLES AM.100F 51X76 SW12 | 12 | 1020 |
| 758004 | BLOCO STAPLES AM.100F 127X76 SW12 | 12 | 360 |
| 757952 | BLOCO STAPLES AM.100F 76X76 SW12 | 12 | 1020 |
| 792545 | CAD.ESP.STAPLES INSPIRAT.A4 80F P | 1 | 50 |
| 481520 | CAD.ESP.A4 80F 70G C/AZUL AMBAR L | 1 | 15 |
| 792688 | CAD.ESP.STAPLES INSPIRAT.A5 80F P | 1 | 60 |
| 34362 | CAD.ESP.A5 80F 70G C/AZUL AMBAR L | 1 | 30 |
| 707382 | BLOCO NOTAS STAPLES A4 100F PAUT | 1 | 50 |
| 609873 | BLOCO NOTAS MAB A5 80F PAUT | 1 | 50 |
| 460044 | ESF.BIC CRISTAL PR CX50 | 50 | 1500 |
| 460005 | ESF.BIC CRISTAL AZ CX50 | 50 | 1500 |
| 460057 | ESF.BIC CRISTAL VM CX50 | 50 | 1000 |
| 460070 | ESF.BIC CRISTAL VD CX50 | 50 | 1000 |
| 160686 | ROLLER UNIBALL SIGNO UM120 0.5 AZ | 1 | 600 |
| 160737 | ROLLER UNIBALL SIGNO UM120 0.5 PR | 1 | 600 |
| 160755 | ROLLER UNIBALL SIGNO UM120 0.5 VM | 1 | 360 |
| NOVO | CAIXA 12 ROLLER UNIBALL SIGNO UM120 0.5 VD | 12 | 360 |
| 128289 | ESF.GEL UNIBALL UM 120 0.7 AZ | 1 | 600 |
| 128340 | ESF.GEL UNIBALL UM 120 0.7 PR | 1 | 600 |
| 128346 | ESF.GEL UNIBALL UM 120 0.7 VM | 1 | 360 |
| 128355 | ESF.GEL UNIBALL UM 120 0.7 VD | 1 | 360 |
| 141252 | MARC. ACETAT. OHPM 1.0MM PRETO | 1 | 120 |
| 141228 | MARC. ACETAT. OHPM 1.0MM AZUL | 1 | 60 |
| 141261 | MARC. ACETAT. OHPM 1.0MM VERMELHO | 1 | 60 |
| 141240 | MARC. ACETAT. OHPM 1.0MM VERDE | 1 | 60 |
| 605268 | MARC.FLUORESCENTE STAPLES AM PK5 | 5 | 480 |
| 605322 | MARC.FLUORESCENTE STAPLES VD PK5 | 5 | 180 |
| 605316 | MARC.FLUORESCENTE STAPLES LR PK5 | 5 | 180 |
| 605271 | MARC.FLUORESCENTE STAPLES AZ PK5 | 5 | 180 |
| 141261 | MARC. ACETAT. OHPM 1.0MM VERMELHO | 1 | 120 |
| 141468 | MARC. PERMANENTE EDDING 3000 R AZ | 1 | 120 |
| 141459 | MARC. PERMANENTE EDDING 3000 R VM | 1 | 60 |
| 141477 | MARC. PERMANENTE EDDING 3000 VD | 1 | 60 |
| 141522 | MARCADOR QUADRO BR EDDING 360R AZ | 1 | 60 |
| 141498 | MARCADOR QUADRO BR EDDING 360R PR | 1 | 60 |
| 141513 | MARCADOR QUADRO BR EDDING 360R VM | 1 | 60 |
| 141528 | MARCADOR QUADRO BR EDDING 360R VD | 1 | 60 |
| 124929 | COLA UNIVERS. 35ML MAB CX INDIVID | 1 | 100 |
| 130560 | COLA STICK STAPLES 20GRS | 1 | 300 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 259938 | FITA CORR.STAPLES 4.2MMX8.5M | 1 | 200 |
| 635271 | ETIQ.STAPLES 210X297MM CX100 | 1 | 5 |
| 87072 | ETIQ.STAPLES 105X74MM CX100 | 1 | 5 |
| 439440 | ETIQ.STAPLES 105X57MM CX 100 | 1 | 8 |
| 635258 | ETIQ.STAPLES 105X48MM CX100 | 1 | 8 |
| 439437 | ETIQ.STAPLES 105X42.3MM CX 100 | 1 | 8 |
| 635245 | ETIQ.STAPLES 105X37MM CX100 | 1 | 8 |
| 336651 | ETIQ.STAPLES 70X42.3MM CX100 | 1 | 8 |
| 468378 | FURADOR STAPLES 25 FLS PRETO | 1 | 100 |
| 203271 | FURADOR STAPLES 65FLS PR | 1 | 100 |
| 144213 | FURADOR LEITZ 5182 25O FLS | 1 | 3 |
| 142410 | BORRACHA SCRIVA 47520 | 1 | 200 |
| 463268 | LÁPIS CARVÃO HB Nº2 STEADLER | 12 | 20 |
| 124887 | AFIAS METALICOS 1 FURO | 1 | 100 |
| 605277 | LAPIS.STAPLES 0.5MM PLAST PR PK12 | 12 | 36 |
| 605274 | LAPIS.STAPLES 0.7MM PLAST AZ PK12 | 12 | 36 |
| 131244 | MINAS STAPLES 0.5MM HB TB12 | 1 | 60 |
| 131262 | MINAS STAPLES 0.7MM HB TB12 | 1 | 60 |
| 650655 | TECL.+RATO TNB BDG SF+AUSC.PR+TAP | 1 | 2 |
| 625401 | AUSC. SONY WH-CH510 BT PR | 1 | 2 |
| 127446 | MOLA P/ PAP.METALICA 20MM | 1 | 7200 |
| 704058 | PILHA ALC.KODAK 9V XTRALIFE | 1 | 50 |
| 704097 | PILHA KODAK ULTRA CR2032 PK2 | 2 | 100 |
| 704091 | PILHA KODAK ULTRA CR2025 PK2 | 2 | 50 |
| 704085 | PILHA KODAK ULTRA CR2016 PK2 | 2 | 50 |
| 557961 | PILHAS STAPLES ALCALINAS AAA CX24 | 24 | 1920 |
| 557958 | PILHAS STAPLES ALCALINAS AA CX24 | 24 | 1920 |
| 107448 | BOLSA PAPEL FELLOWES CD/DVD PK50 | 50 | 2000 |
| 611193 | DISCO USB EMTEC COL.MIX2.0 16GBVM | 1 | 120 |
| 557949 | DISCO USB STAPLES 32GB 3.1 | 1 | 100 |
| 557943 | DISCO USB STAPLES 64GB 3.1 | 1 | 75 |
| 412992 | BASE MONITOR FELLOWES TFT/LCD | 1 | 10 |
| 158604 | BASE SEC DURABLE 50X65 TR | 1 | 25 |
| 59406 | CESTO PAPEIS FAIBO TR/BR 12L | 1 | 50 |
| 179916 | SACOS P/ LIXO 100L 80X90 PR BL10 | 1 | 400 |
| 127902 | X-ACTO GRANDE 18MM | 1 | 100 |
| 127872 | X-ACTO PEQUENO 9MM | 1 | 100 |
| 66036 | CAIXA AR.MORTO STAPLES A4 PK25 | 25 | 500 |
| 118347 | SACO AIRBAG 300X440 KFT N.19 PK5 | 5 | 500 |
| 118113 | SACO AIRBAG 220X335 KFT N.16 PK5 | 5 | 500 |
| 117354 | SACO AIRBAG 150X210 KFT N.13 PK5 | 5 | 500 |
| 725556 | QUAD.BR. MAG. ALU. STAPLES 90X60 | 1 | 4 |
| 463596 | IMANS STAPLES 30MM CX 10 ST 12FLS | 10 | 100 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 650526 | DISCO TOSHIBA 2020 C.ADV 2TB PR | 1 | 6 |
| 264555 | TAPETE RATO EM GEL TNB AZUL | 1 | 50 |
| 189588 | TESOURA STAPLES SOFTGRIP 20/21CM | 1 | 100 |
| 145398 | TESOURA INOX WEDO 16CM | 1 | 100 |
| 550842 | TAB.SEC.Q-CONNECT METAL CINZA 3U | 1 | 10 |
| 357504 | TABULEIRO STAPLES A4 AZ | 1 | 50 |
| 124008 | ROLO BOLHAS AR STAPLES 1MX50M | 1 | 4 |
| 674622 | COLA SUPER UHU 3X1G | 1 | 100 |
| 223359 | PRANCHETA ROMA A4 REF.245 PR | 1 | 25 |
| 478014 | FITA BROTHER DK-22251 62MM PR/VM | 1 | 4 |
| 677355 | PAP.TROPHEE A4 80G VM INT RS | 500 | 100 |
| 560973 | PAP.TROPHEE A4 80G AM INT. RS | 500 | 100 |
| 653325 | PAP.TROPHEE A4 80G AZ SUAVE RS | 500 | 100 |
| 199380 | AGRAFOS STAPLES N 24/6 CX5000 | 1 | 50 |
| 471519 | AGRAFO SCRIVA 53702 N.25 CX1500 | 1 | 50 |
| 199332 | AGRAFOS STAPLES N10 CX5000 | 1 | 50 |
| 573960 | PORTA CLIPS MESH ALUMINIO | 1 | 50 |
| 207186 | FITA SIGILO SCOTH 820 33MX35MM AZ | 1 | 20 |
| 130440 | Etiqueta Porta-Chave, Plástico, Cores Sortidas, 12 Unidades | 12 | 1100 |